



Assembleia Municipal

## ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2007

**Acta n.º 14**  
(CONTINUAÇÃO - 27 DE ABRIL DE 2007)

Ao vigésimo sétimo dia do mês de Abril do ano de dois mil e sete, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:45 horas, na Sala de reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, para dar continuidade à reunião do dia vinte e quatro de Abril de dois mil e sete. -----

### **PRESENCAS:** -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Maria Perpétua das Neves Silva Felgueiras Ramos, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Fernando Vieira Vitória Cabrita, José Manuel Bota Sequeira, Ana Luísa Sousa Simões, Nelson António de Melo, Margarida Maria Coelho Santos Silva, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Fernando Cabrita Neves, Francisco José Pereira Oliveira, Vítor José Correia Maria Vieira, Cristiano José da Ponte Cabrita, Euridice Eugénia Mendes Vieira, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífarro, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, os Presidentes das Juntas de Freguesia, de Albufeira, Helder Manuel Rodrigues Sousa, de Olhos d'Água, Berto José Rita Palma e de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. -----

Registou-se ainda, a presença do Sr. Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Rolo (22:00h), António Gonçalves, Marlene Pisco (22:50h) e Carlos Quintino. -----

**FALTAS:** Vítor José Cabrita Neto, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Miguel Alexandre Correia Mesquita, e os Presidentes das Juntas de Freguesia, de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório e da Guia, José Cabrita. -

**SUBSTITUIÇÕES:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros José Vila Nova, João Alexandre Sequeira Jorge da Silva (membro suplente), Carlos Gabriel e Miguel Mesquita, foram verificadas as legitimidades e identidades dos elementos imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, os membros Maria Perpétua das Neves Silva Felgueiras Ramos, Ana Luísa Sousa Simões e Margarida Maria Coelho Santos Silva. -----

Havendo quórum (**vinte e três presenças**), o Presidente da Assembleia inicia a sessão no seguimento dos pontos da última reunião. -----

**ORDEM DO DIA**  
**PONTO SEXTO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento definitivo do Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea n) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Ana Pífaró - Boa noite a todos. A bancada do PSD na Assembleia Municipal de Albufeira, tem uma proposta a apresentar relativamente ao Regulamento que foi entregue. Relativamente ao Capítulo III, art.4º, n.º1 alínea k), onde se lê "Um representante da Comissão de Protecção de Menores de Albufeira", deve ler-se "Um representante da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Albufeira". É apenas uma operação de correcção. A entidade ficou mal configurada. -----

Fernando Neves - É para perguntar o seguinte. Vamos aqui agora discutir e deliberar o regulamento provisório que já foi aprovado em Assembleia. -----

Presidente da Assembleia Municipal - Exactamente! Os passos a dar eram, tratar do Regulamento provisória, depois a reunião que foi feita para a proposta definitiva vir á Assembleia para ser rectificada. -----

Fernando Neves - Eu tenho aqui tudo. O regulamento provisório e a proposta dessa reunião. E agora o PSD apresenta essa alteração para incluir nesse regulamento. -----

Ana Pífaró - É apenas uma questão de rectificação. Foi um lapso. -----

Francisco Oliveira - Sr. Presidente. Há então duas alterações de pormenor, sem importância. É a que conta desta proposta que nos foi entregue, para acrescentar alcoolismo e toxicodependência, da Dra. Leonor Teixeira, da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, e esta agora da Dra. Ana Pífaró, que é pura e simplesmente uma errata, a alteração da denominação da Comissão. -----

Presidente da Assembleia Municipal - O que se vai deliberar é, o Regulamento provisório já aprovado, mais a proposta dessa reunião e a alteração apresentada hoje aqui. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca a votação, as propostas em conjunto. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Maria Perpétua Ramos, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Ana Simões, Nelson Melo, Margarida Silva, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Euridice Vieira, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífaró, Ricardo Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

Ausências: uma (01) Presidente da Junta de Freguesia de Paderne -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

## PONTO SETIMO

Nomeação de quatro pessoas, de entre cidadãos eleitores preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em

perigo, para integrarem a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, nos termos da alínea l) do Art.17º da Lei n.º147/99, de 1 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Adriano Ferrão - Apresenta uma proposta (doc. 1). -----

Proposta de forma de votação no ponto da  
**Comissão de Protecção de Crianças e Jovens**

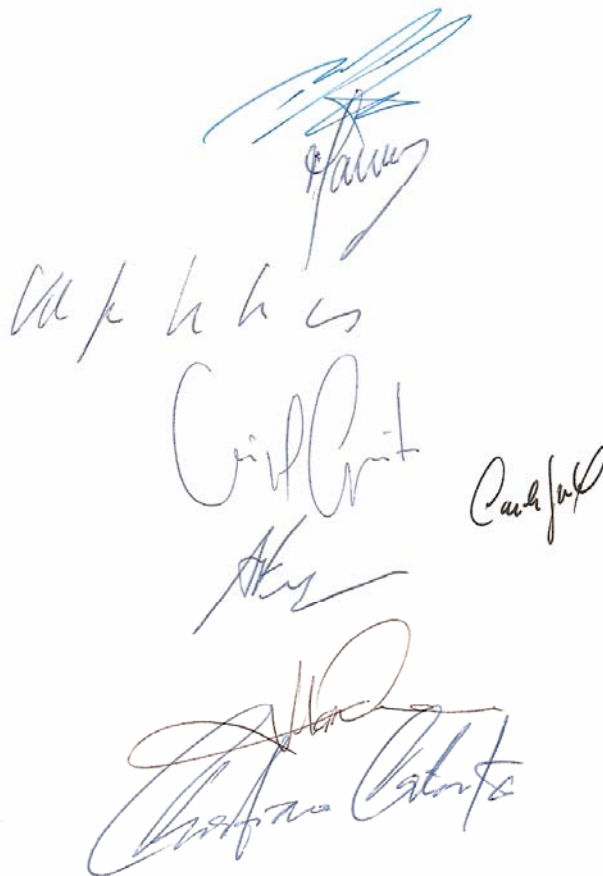
Considera o Grupo do PSD ser importante um trabalho de equipa nesta Comissão;

Essa equipa deve abranger conhecimentos específicos na área da protecção de crianças e jovens;

Consideramos importante que a equipa seja composta por juristas e professores e nesse sentido queremos propor uma lista composta por dois membros de cada uma destas classes profissionais.

Assim, propomos que a votação seja feita por listas.

23-04-2007



Não havendo intervenções por parte dos membros, relativamente à proposta apresentada, o Presidente da Assembleia coloca-a à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: um (01) Euridice Vieira -----

Abstenções: uma (01) Francelina Lourenço -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Maria Perpétua Ramos, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Ana Simões, Nelson Melo, Margarida Silva, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífarro, Ricardo Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

Ausências: uma (01) Presidente da Junta de Freguesia de Paderne -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

Adriano Ferrão - Apresenta proposta (doc. 2). -----

A

Proposta

Para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, propomos a eleição da seguinte lista:

**Paulo Alexandre Figueiredo Freitas**

**Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífarro**

**Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira**

**Indaleita Maria Ribeiro da Ponte Cabrita**

Os Membros do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Albufeira  
23-4-2007

Francisco Oliveira - Gostaria só de manifestar uma certa perplexidade em relação a esta questão porque tem sido tradição nesta Assembleia que os membros indicados por

esta Assembleia Municipal sejam efectivamente membros dos mais variados quadrantes políticos, quer na Assembleia, quer de cidadãos eleitores de Albufeira. E verifico que realmente se está a quebrar a tradição, que é o PSD efectivamente indicar aqui uma lista única e não fazer aquilo que era habitual fazer-se, que era haver um consenso relativamente a esta questão das listas. Uma vez que verifico que nem tão pouco há essa consideração, nós, que não veríamos preparados para haver uma situação dessas, viríamos a pensar que poderia haver uma lista de consenso, iremos fazer a proposta de lista, mas deixando aqui esta nota de que, parece que só os cidadãos eleitores que elegeram os membros do PSD é que estão preocupados com as crianças e jovens de Albufeira. Não parece ser isso, e deixo aqui o meu protesto nesse sentido. E deixo, de facto, a minha perplexidade, relativamente à atitude do PSD de, certa maneira excluir, quando muitas vezes se pede a colaboração do grupo parlamentar do Partido Socialista ou outros, quer nestas áreas, quer noutras áreas. Faremos então a nossa proposta. -----

Francelina Lourenço - Queria só corroborar do que disse o Dr. Francisco Oliveira. Sem entrarmos na análise de fundo do perfil das pessoas que devem integrar uma Comissão desse género, porque não é isso que está em causa, de maneira nenhuma, penso é que a própria referência ao facto de se aludir a cidadãos eleitores, pressupõe que deveria presidir uma escolha deste género, por eleição é claro, um espírito de democraticidade de uma visão da sociedade diferente, não fosse apenas num único sentido. -----

Ricardo Silva - Apresenta proposta (doc.3). -----

B



Partido  
Socialista

### Proposta

O PS propõe para integrarem a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, nos termos da alínea I) do Art. 17º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro:

- Sara Luísa Ascensão Marques Caravela;
- Eurídice Eugénia Mendes Vieira;
- Ricardo Clemente de Silva;
- Nelson Melo.

Albufeira, 23 de Abril de 2007

Presidente da Assembleia - Pela ordem de entrada, a proposta do PSD será a LISTA A, e a proposta do PS a LISTA B. Mais intervenções? -----

Francisco Oliveira - Gostaria de deixar aqui uma nota final que, na verdade não foi o grupo parlamentar do partido Socialista, ou o Partido Socialista que aqui indicaram a última Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. E portanto, uma vez que assume o Partido Social Democrata essa responsabilidade para o futuro, deverá assumir depois os erros e as responsabilidades pelos mesmos. É só. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca a votação as propostas apresentadas, por escrutínio secreto. -----

**VOTAÇÃO:** -----

LISTA A: onze (11) votos -----

LISTA B: sete (7) votos -----

Votos em branco: quatro (4) -----

Ausências: uma (01) Presidente da Junta de Freguesia de Paderne -----

**Foi aprovada a LISTA A, apresentada pelo PSD, por maioria dos presentes** -----

### **PONTO OITAVO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento do Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Ricardo Silva - Apresenta proposta de alteração (doc.4). -----

### **Proposta**

Albufeira, 27 de Abril de 2007

A Bancada do Partido Socialista propõe que se façam as seguintes alterações ao Regulamento Municipal de Arqueologia de Albufeira:

- No Artigo 13º, sobre o horário de funcionamento do Museu - na alínea 3, propomos que se exclua “nos dias de feriado nacional e no dia do feriado municipal”;
- No Artigo 15º, sobre o ingresso - na alínea 2, propomos que se inclua, nos feriados, e que se elimine pela Caixa Nacional de Pensões ou do Estado, ficando somente reformados ou aposentados, quando devidamente identificados;
- E no Artigo 22º, sobre a Educação - na alínea 2, que se altere “vistas guiadas” por visitas guiadas.



Presidente da Assembleia - A minha questão é, não percebo muito bem mas, penso que há vários tipos de reformados?! Devidamente identificados é, têm de apresentar um cartão, certo? -----

Ricardo Silva - Exactamente! Podem aparentar ser reformados e não o ser, daí a apresentação do cartão, para a confirmação. E a última alteração, é apenas uma correcção. Está escrito "vistas", mas penso que será "visitas". -----

Fernando Cabrita - Penso que há outras categorias de reformados, através de outras Caixas, nomeadamente dos juristas, da ordem dos médicos, e que não devem ser discriminados. -----

Presidente da Câmara - A questão de estar fechado, é um pau de dois bicos. Obviamente que o importante era estar sempre aberto. O estar fechado é que o dia de feriado corresponde, como sabem, em termos de funcionalismo, compromissos maiores por parte da autarquia, mas por outro lado deve estar aberto. Por isso é que, há alguns anos, têm andado em "guerras" o Governo e os funcionários dos Museus. Este regulamento foi baseado em regulamentos que servem de base a este tipo de equipamentos, mas o efeito que tem é exactamente esse, é um sinal de abertura. -----

Ricardo Silva - A nosso ver, é nos feriados que as pessoas têm maior disponibilidade para visitar os Museus e Monumentos. -----

Presidente da Assembleia - Alguém se opõe que se vote a proposta da Câmara em conjunto com a proposta de alteração? -----

Paulo Freitas - Uma questão que queria colocar ao Sr. Presidente da Câmara, relativamente à questão da gratuidade das entradas aos domingos de Verão e de Inverno. Saber se, eventualmente poderíamos ter aqui a gratuidade durante todo o dia, estamos a apostar nos feriados e podemos ir buscar esse mesmo sentido aos domingos. No art.15º no Inverno temos das 10:00h às 12:30h e no Verão temos das 14:00h às 16:00h. já que estamos a apostar na gratuidade aos feriados, porque não ir buscar esta linha de raciocínio para domingos?! -----

Presidente da Câmara - Nos dias de Inverno, a partir das 16:00h praticamente não vai ninguém ao Museu e de Verão acontece o mesmo na parte da manhã. Há muito pouca afluência de visitantes. -----

Paulo Freitas - Se entendo, isto foi feito com base na afluência de pessoas, nesses dias, ao Museu. É como se estivesse grátis o dia todo. -----

Euridice Vieira - O Museu vai estar aberto aos domingos, todo o dia? É gratuito só nestes períodos de tempo?! -----

Presidente da Câmara - o horário de abertura ao público é o seguinte: de Inverno das 10:30h às 16:30h; de Verão, das 14:00h às 20:00h. Aqui não diz que está fechado ao domingo! -----

Euridice Vieira - Nestes períodos que vão ser gratuitas as entradas, são os períodos de mais afluência? -----

Presidente da Câmara - Sim, e serão os períodos dos horários de abertura. Não está aberto todo o dia, é isso que me pergunta? Não faz sentido pagar da parte da tarde porque é pouca gente que lá vai. Como nem faz sentido pagar da parte da manhã ao



domingo, porque ninguém lá vai. Este período que normalmente, não tendo assiduidade, é um período que permite que os funcionários façam outras actividades. Era essa a pergunta, não era? Eu percebi de outra maneira. -----

Euridice Vieira - É sim. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros e como ninguém se opôs que as propostas fossem votadas em conjunto, a proposta da Câmara Municipal e a proposta de alteração do Partido Socialista, o Presidente da Assembleia coloca-as a votação, simultaneamente. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Maria Perpétua Ramos, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Ana Simões, Nelson Melo, Margarida Silva, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Euridice Vieira, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

Ausências: duas (02) Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira. -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes** -----

#### PONTO NONO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da isenção do pagamento das taxas de ocupação da via pública, publicidade, resíduos sólidos e águas residuais, aos comerciantes da Avenida 25 de Abril e Cais Herculan, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Maria Perpétua Ramos, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Ana Simões, Nelson Melo, Margarida Silva, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Euridice Vieira, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

Ausências: uma (01) Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes** -----

#### PONTO DECIMO



Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da Declaração de Interesse Municipal da Escola Básica Integrada da Guia, nos termos da alínea o) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Maria Perpétua Ramos, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Ana Simões, Nelson Melo, Margarida Silva, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Euridice Vieira, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

Ausências: uma (01) Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes** -----

#### **PONTO DECIMO PRIMEIRO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da Declaração de Interesse Público Municipal do Centro Paroquial e Comunitário de Paderne, nos termos da alínea o) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Maria Perpétua Ramos, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Ana Simões, Nelson Melo, Margarida Silva, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Euridice Vieira, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

Ausências: uma (01) Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes** -----

#### **PONTO DECIMO SEGUNDO**

Apreciação e deliberação, da declaração de Interesse Municipal para o equipamento de ensino - Creche e Jardim-de-infância, em Ilha da Madeira (Guia), nos termos da alínea

o) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----  
Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

#### **VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: um (01) Fernando Neves -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Maria Perpétua Ramos, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Ana Simões, Nelson Melo, Margarida Silva, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Euridice Vieira, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

Ausências: uma (01) Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

### **PONTO DECIMO TERCEIRO**

Deliberação sobre as reclamações apresentadas por Aliete Martins dos Santos em 05-04-2007 e por João Filipe dos Santos Correia Longo em 09-04-2007, ambas de conteúdo idêntico, sobre o ruído, em Areias de s. João. -----

Presidente da Assembleia - Em relação a este ponto, é uma questão que me é um pouco particular. Não sei se estarei ou não impedido neste ponto. Também tenho problemas com o ruído e, portanto, antes do ponto ser iniciado, airoosamente saio da sala. -----

Euridice Vieira - Também estou na mesma situação. Sou uma das pessoas que apresentou uma carta à Câmara Municipal em seis de Março, sobre uma situação idêntica à que vem aqui descrita, por isso, vou ausentar-me da sala antes do início deste ponto. -----

O Primeiro Secretário toma o lugar do Presidente da Mesa, apresenta o ponto, e passa a palavra aos membros. -----

Adriano Ferrão - Apresenta proposta de recomendação à Câmara Municipal (doc.5). ---

## A BANCADA DO PSD CONSIDERA E APRESENTA A PROPOSTA:

Começo <sup>anos</sup> por dizer que *a integridade moral e física das pessoas é inviolável*. Esta frase não é minha. Corresponde ao n.º 1 do Art. 25º da Constituição da República Portuguesa.  
A Constituição também afirma que **o domicílio é inviolável** (art. 34º n.º 1).

Face a estas reclamações e não só, o Município tem de agir por imperativo constitucional, que estabelece regras precisas na defesa dos **direitos e deveres fundamentais** dos cidadãos, parte da Constituição onde se inserem as disposições invocadas.

A poluição sonora tem que ser combatida de forma eficaz neste concelho.

Não vamos confundir poluição sonora com animação. A animação pode ser um elemento de atracção de turismo, enquanto a poluição sonora desqualifica o concelho.

Existem bons exemplos no nosso concelho de como se pode fazer animação sem poluição sonora.

Na zona em causa das reclamações, nas Areias de S. João, há partes da mesma, onde infelizmente a filosofia de certos estabelecimentos é a de que quem fizer mais barulho para o exterior, é que está certo, por lhe trazer mais negócio.

Diria que pouca diferença existe, entre certas zonas e as feiras, com as disputas musicais entre os vários pistas de carrinhos de choque, os comboios fantasma ou os carrosséis. As feiras são alegres, mas cansativas. Ao fim de algumas horas os que gostam de lá ir, acabam a visita, e vão – se embora, só lá voltando para mais umas horas no ano seguinte. Mesmo os que gostam destes ambientes ruidosos, não vão lá sempre e regra geral, não gostam de viver em regime de contínuo ruído. Depois, ainda há todos os outros que nem sequer gostam do barulho, seja ele a que hora for.

Ora, para reflexão, há que equacionar se o nome de Albufeira se criou por barulhentos bares, ou se pelo seu clima, pela sua beleza natural, pelo sol e pela praia.

Não tenho qualquer dúvida que foi a natureza ímpar deste concelho que atraiu o turismo.

Pergunto: quem gosta da natureza, quem de facto a quer desfrutar, aprecia a poluição, tenha ela a forma que tiver?

Preciso responder, ou todos sabem a resposta?

Qualidade de vida, poluição sonora e animação, nada têm que ver umas com as outras.

Se mesmo quem anda na rua não deve ser agredido com músicas privadas de cada um, muito menos quem está na sua casa. Sobre isto não tenho qualquer dúvida.

O barulho deve ser servido a quem o quer.

Ninguém tem o direito de impor o seu barulho a quem o não queira ouvir.

É mais do que razoável que assim seja.

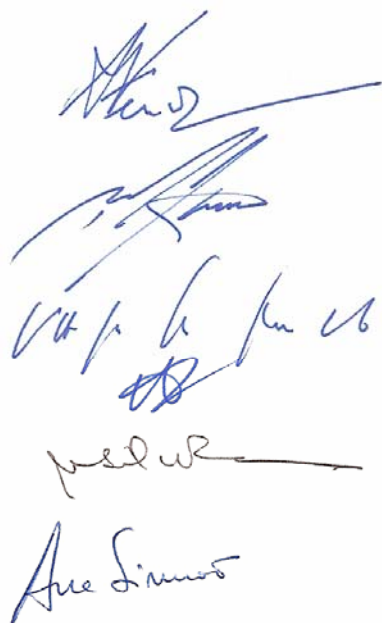
Portanto, só há uma solução e que tem de ser tomada com urgência. Uma primeira acção de sensibilização, seguida imediatamente de rigorosa fiscalização e no caso de eventual desrespeito a respectiva punição, com medidas preventivas, designadamente com o horário cerceado, ou na pior das hipóteses, o encerramento.

Há que agir e essa responsabilidade, entre outras entidades públicas, está cometida à entidade licenciadora, no caso o Município de Albufeira, via Câmara Municipal.

Face ao exposto proponho que esta Assembleia recomende à Câmara Municipal que, no nosso concelho:

- 1.- Determine a retirada de todo e qualquer aparelho emissor de som que se encontre no exterior, ou emitindo directamente para o exterior;
- 2.- A tomada de medidas preventivas e repressivas em relação a todos aqueles que perturbem o sossego alheio, ou em que seja evidente serem causadores de poluição sonora para além dos seus estabelecimentos.
- 3.- Promova a elaboração urgente do plano municipal de redução do ruído;
- 4.- Promova a revisão do regulamento dos horários dos estabelecimentos, de forma a ficar actualizado com as leis recentes.

Albufeira 27 de Abril de 2007



Presidente da Câmara - Remeto esta questão para a minha intervenção da passada segunda-feira e que ficou registado em acta, aquilo que são as medidas que a Câmara tomou e está a tomar, relativamente ao assunto. Não vou repetir tudo o que disse quando fui confrontado com a intervenção do público, obviamente, porque todos estavam cá. Apenas afirmo o que disse, porque tudo ficou registado em acta na segunda-feira. -----

Ricardo Clemente - Se de facto estas preocupações existem, é porque alguma coisa aqui está mal, e o que está mal é a acção. Ou seja, alguém não está a fazer o trabalho como devia fazer. E, achamos que compete à Câmara Municipal, verificar se os

estabelecimentos nocturnos têm as condições necessárias, e se emitem ruído ou não, para que as coisas aconteçam de uma forma sã. Se, de facto, isso não acontece, é por inacção da Câmara Municipal nas acções de fiscalização e nas acções de sensibilização, como aqui já foi referido. O que leva a crer, parece-me a mim, que neste caso a Câmara Municipal, precisa da Assembleia Municipal para poder determinar e levar a acção certas medidas. -----

Paulo Freitas - Só para referir, porque de facto, convém depois dar importância ao que o Sr. Presidente referiu aqui, no que diz respeito à actuação da Câmara Municipal, as diversas diligências sem ser no âmbito da actuação da Assembleia Municipal. E convém ter presente que a Assembleia Municipal tem o papel fiscalizador e no âmbito das suas competências pode a qualquer momento aconselhar, emitir pareceres, emitir recomendações, ou deliberar nesse sentido, para que a Câmara Municipal tome as devidas precauções, sobre qualquer assunto que diga respeito aos interesses do concelho. Isto, sem qualquer desprimor para a Câmara Municipal, não quer dizer que a Câmara ande a reboque da Assembleia. O Sr. Presidente falou aqui de diversas reuniões que teve com os proprietários, de ordens de encerramento de alguns estabelecimentos que estavam em franca violação das regras do ruído. Portanto, só queria dizer que, consideramos um pouco despropositado o efeito de considerar que é a Assembleia Municipal a actuar por volta da Câmara, quer a Câmara Municipal actuar apenas no conceito das limitações da Assembleia, uma vez que todas as outras limitações que esta Assembleia toma, ou que limitações que faça à Câmara Municipal estão no âmbito das suas mais que legítimas competências, sem desprimor a qualquer identidade deste município. -----

Presidente da Câmara - Obviamente que, a Assembleia Municipal tem um cargo importante, e que a Câmara tem urgência, neste contexto ou noutro, tem que procurar aceitar as informações e recomendações que vão da Assembleia. Mas o que eu disse aqui na segunda-feira e parece que alguém não ouvir e eu torno a repetir, é que nos últimos meses, eu dei seis despachos de encerramento de estabelecimentos, dei cinco restrições de horário de funcionamento, duas cessações de música ao vivo e estão prontos a sair mais seis processos de encerramento. Além de reuniões com os responsáveis dos bares, além de uma intervenção pedagógica, que em determinada zona já está a surtir efeito, e que será com certeza exemplo para outras zonas. Quero também dizer que este trabalho de casa não é apenas de três ou cinco anos, não venham com músicas porque eu conheço as músicas há muitos anos, e portanto isto não é desde que esta Câmara está em funcionamento, não vamos por aí. Há aqui questões que têm de ser respondidas, têm de ser dadas respostas concretas, tem que se cumprir a legislação. A animação não tem nada a ver com aquilo que muitas das vezes sai para fora dos estabelecimentos, e alguns estão a ser penalizados por isso mesmo. Eu não preciso de recados nesse sentido. Não é só agora que isto acontece, mas sim, de uma forma muito objectiva, porque a animação é muito importante e temos que combater o ruído. Além disso, a Câmara Municipal está a elaborar mapas do ruído. Não são áreas fáceis e são situações que têm história. Estamos a fazer todas as

intervenções necessárias a penalizar quem não cumpre a legislação. Tenho os nomes dos bares, está tudo identificado. Isto que fique claro. -----

Francelina Lourenço - Gostaria de perguntar ao Sr. Presidente, se alguns dos bares que mandou encerrar correspondem aqueles que são referenciados nas reclamações dos munícipes? Porque, caso não correspondam, o problema fundamental parece que se mantém, pelo menos relativamente aqueles que foram objecto de reclamação. Eu, por acaso não moro em zona de ruído, felizmente, não ser rico tem algumas vantagens. Não sou incomodada pelo ruído, exceptuando um muito desmérito ruído que é muito monótono e pausado, que é o que vem dos bombeiros há sexta-feira, é muito raro e não me sinto incomodada por isso. No entanto, penso que é dos mais elementares direitos, o direito a estar sossegado. E neste aspecto, penso que é muito fácil na minha opinião, é simplesmente cumprir a legislação. Acho que a legislação é suficientemente protectora da poluição sonora, sabendo nós, os efeitos que essa poluição produz a todos os níveis, desde o stress, etc. Refiro um dos imperativos Kantianos que é: "*a minha liberdade cessa, quando começa a liberdade do outro*". Haja interesses, não haja interesses, seja Albufeira uma cidade turística, e é, sou filha adoptiva de Albufeira e muito me prezo há mais de três décadas. Seja por que razões forem, aquilo que esteja em questão mais premente, eu acho que a legislação tem que ser cumprida. Eu trabalho numa escola e sei como é que as coisas aparecem muitas vezes no quotidiano, penso que a legislação devia ser cumprida, inclusivamente em termos de frequência da população jovem em determinados locais de diversão nocturna. Toda a gente sabe que aí, a legislação não é cumprida. Vou referir um assunto difícil. Se se fala tanto em questões de pedofilia a partir de certas idades, parece que de repente até uma certa idade se é criança e depois no dia seguinte se é adulto, para umas coisas se é adulto e para outras se é criança, e há uma série de confusões. Nesses locais, cumpra-se a legislação, doa a quem doer, porque eu acho que a legislação também é protectora e consegue conciliar interesses, inclusivamente no que diz respeito ao nível etário das pessoas que frequentam os locais, alguns pelo menos, de diversão da nossa terra. -----

Ricardo Clemente - Queria deixar aqui bem claro que, nós estamos perante factos, e quanto a factos não há argumentos. Se existem reclamações é porque algo não está bem, porque alguém não faz o seu trabalho, e foi isso que eu disse. Se no passado assim o foi, não sei se existiram reclamações ou não, porque eu não estava cá, aquele passado que o Sr. Presidente referiu. Mas eu vivo hoje e vivo para amanhã e tenho de me preocupar, enquanto aqui estiver, com as pessoas que vivem hoje e vivem amanhã. É nesse sentido que eu faço a minha exposição, porque essa história de se esconder um pouco atrás do passado e não é a primeira vez que o faz, parece que é para justificar certas coisas. Não é por aí, nós vivemos agora e vivemos para um futuro, e temos de procurar fazer sempre o melhor para quem cá está. Com certeza que a proposta do PSD vai no sentido de pôr aquilo que deveria ter sido feito pela Câmara Municipal e não foi feito, e vem propor um leque de situações que a Câmara desde que tomou posse deveria ter em conta. É só isso que quero referir. -----

Fernando Neves - Isto é um problema de fácil solução, se houver vontade. Há legislação, a Câmara tem meios de a fazer cumprir, penso eu, e deve fazê-la cumprir.

Queria saber também se, as reclamações destes munícipes têm razão de existir? Penso que sim, se elas vêm aqui, é porque as pessoas estão incomodadas. Então faça-se cumprir a legislação. Será difícil de a cumprir se não houver vontade, mas se houver vontade, é fácil de resolver desde que se cumpra a legislação. Eu, desde muito novo que conheço uma Lei que diz que desde as tantas horas às tantas, não se pode fazer barulho que incomode as pessoas. Penso que ainda existe, e se existe ainda estará mais aperfeiçoada do que há uns anos atrás. Desde que o Presidente faça cumprir a legislação em vigor e os serviços camarários actuem, penso que o problema será resolvido a bem. Não deixando de dar razão às pessoas que vêm aqui reclamar, porque na verdade as pessoas que trabalha precisa de descansar. Se há ruído? De facto que há excessos, têm é de ser melhor fiscalizados e aplicar a Lei. -----

Francisco Oliveira - A ideia do Partido Socialista é comungar com as preocupações da proposta do PSD, no sentido de efectivamente se tomem medidas e resumindo o que aqui foi dito, que se cumpra a Lei, essencialmente. E parece até desnecessário de quantas vezes se falou aqui da necessidade de se cumprir a Lei, porque se ela está, é para se cumprir e faça-se disso a precursão dos fins necessários. -----

Fernando Cabrita - Houve um tempo em que, se dava realmente um certo realce aos problemas entre os interesses dos bares e discotecas. Os bares começaram a adoptar certo tipo de música que era mais normal em discotecas e os horários dos bares começaram a ir até às três e depois às quatro da manhã. Depois as discotecas reclamavam que não tinham freguesia, porque as pessoas ficavam pelos bares e só depois do fecho dos bares é que iam para as discotecas. É evidente que as discotecas, nem todas elas, estão nos sítios adequados e os bares muito menos. Tem de haver um certo equilíbrio, de facto, isto não pode ser sempre em festa, e há zonas que são limitadas mas nessas zonas não deixa de haver habitação e pessoas que lá vivem há muitos anos. É natural que, essas pessoas façam as suas exposições, venham reclamar, muitas vezes há um afrouxamento da fiscalização e essas pessoas, como último reduto vêm aqui à Assembleia. Ainda bem que vêm, sentimos que temos alguma coisa que fazer. É evidente que, tenho mais a mão que, deve ser a Câmara a tomar essa iniciativa. Congratulo-me por verificar que o Sr. Presidente anuncia que já tinham sido despachados seis processos nesse sentido, de encerramento de bares, antes até destas reclamações. É bom que se continue nessa cena, para que a Lei nesse capítulo não seja mais uma daquelas que, de facto, na prática não se aplica e, portanto, acabam por morrer sem aplicação, existem sem finalidade. E portanto, nós estamos aqui também, para reforçar e encorajar a Câmara no bom sentido. Eu penso que, não devemos ter medo, nem receio, sabemos que amanhã podem vir aqui outros reclamar e esses por ventura poderão ser alguns bares que se sentem injustiçados relativamente a outros, por ventura começara a haver um tratamento desigual. E aí, tem de haver, de facto, bastante rigor e mais aperfeiçoamento, porque haverá alguns que escapam às malhas e depois outros vêm aponta-los como exemplo que também fazem barulho e não sofreram nada. Também temos de nos preparar para essa parte. Mas isso não é para desencorajar, temos de fazer aplicar a Lei do Ruído. -----



Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Primeiro Secretário coloca a proposta de recomendação a votação. -----

**VOTAÇÃO: PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20) Maria Perpétua Ramos, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Ana Simões, Nelson Melo, Margarida Silva, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífarro, Ricardo Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

Ausências: três (03) Carlos Silva e Sousa, Euridice Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes** -----

Francisco Oliveira - Vou fazer uma pequena declaração de voto. O Partido Socialista vota esta proposta do PSD, com a indicação que, feita até por vários membros desta Assembleia, deverá basear-se no cumprimento e no que é o cumprimento da legislação. -----

**PONTO DÉCIMO QUARTO**

Apreciação e deliberação, do Protocolo de Compromisso - Unidades de Acompanhamento e Coordenação, nos termos da alínea m) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia e a Membro Euridice Vieira, regressam à sala e tomam as suas posições. -----

Vítor Vieira - Como sou o dirigente da Associação ACRAL, que faz parte deste protocolo, ausento-me da sala, não participarei nesta deliberação. -----

Presidente da Assembleia - Passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Maria Perpétua Ramos, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Ana Simões, Nelson Melo, Margarida Silva, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Cristiano Cabrita, Euridice Vieira, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífarro, Ricardo Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

Ausências: duas (02) Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Vítor Vieira. -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes** -----

## PONTO DECIMO QUINTO

Apreciação e deliberação, da aquisição pelo município de Albufeira, de parcela de terreno integrada em área do Plano de Urbanização da Frente Mar e Plano de Pormenor da Praça dos Pescadores, nos termos da alínea i) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Foram apresentadas duas propostas da Câmara Municipal aprovadas por esta em reuniões de 20 de Março e de 3 de Abril últimos, do conjunto das quais se apura consubstanciarem um pedido de autorização, ao Órgão Deliberativo, nos termos previstos na alínea i) do n.º 2 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, para aquisição, pelo Município, aos Srs. Adelino Ribeiro e Maria da Conceição Henriques Ribeiro, pelo valor de € 144.750,00, de uma parcela de terreno, com a área de 965 m2, necessária à implementação do Plano de Urbanização da Frente de Mar e Plano de Pormenor da Praça dos Pescadores, a destacar do prédio sito no Cerro da Lagoa, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Albufeira sob o n.º 21552 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Albufeira sob o n.º 2752, nos termos constantes na minuta de um contrato de promessa de compra e venda também apresentado, contrato este que prevê a futura compra, ao preço de € 150,00 por metro quadrado (num valor de € 209.250,00), da parte restante do prédio com uma área de 1.395 m2, que se encontra integrada no Domínio Público Marítimo, se os identificados proprietários, no prazo de vinte e quatro meses, fizerem prova da respectiva propriedade. -----

Fernando Neves - Pergunto ao Sr. Presidente onde está situado este terreno? Faço uma ideia, é ali na praça dos Pescadores!? -----

Presidente da Câmara - É toda a encosta onde estão as escadas, a Estação Elevatória, e vai até ao Pau da Bandeira. -----

Fernando Neves - Essa zona tinha dono? -----

Presidente da Câmara - Tinha dono e ainda tem. E comprovou, com registo. -----

Fernando Neves - E o que é que o Polis vai fazer aí? -----

Presidente da Câmara - Vai fazer as escadas de acesso, a Estação Elevatória em substituição da outra. E vamos ver se consegue provar que o restante, até ao mar, também é dele. É uma declaração de mil, oitocentos e tal. -----

Fernando Cabrita - Qual foi o preço por metro base? -----

Presidente da Câmara - São cento e quarenta e quatro mil e depois há uma área remanescente, que tem a ver com o domínio público marítimo e aí são cento e cinquenta euros o metro quadrado. O total de duzentos e nove mil duzentos cinquenta. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Maria Perpétua Ramos, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Ana Simões, Nelson Melo, Margarida Silva,

Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Euridice Vieira, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífarro, Ricardo Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

Ausências: uma (01) Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes** -----

### PONTO DÉCIMO SÉTIMO

Deliberação sobre a reclamação apresentada por Delgaturis Empreendimentos Turísticos Lda., sobre a concessão de exploração de comboio turístico de Albufeira; --

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Francisco Oliveira - Sr. Presidente, antes de mais, para manifestar aqui o meu protesto sobre o documento que me entregaram à momentos relativamente a este ponto. Não sei qual é a intenção, será para lermos no espaço de ser entregue e a discussão do assunto, sendo que depois, analisando o documento, verifico que o mesmo deu entrada em 20-04-2007 na Assembleia Municipal. Portanto, hoje sendo dia 27, pareceu-me mais que suficiente para ser entregue. Mas, para já fico por aqui, manifestando o meu desagrado. -----

Adriano Ferrão - Apresenta proposta de recomendação à Câmara Municipal (doc.6). ---

PROPOSTA

*De Reclamação*  
*DA BANCA DA DO PSD*

Tendo em atenção a reclamação da firma Delgaturis, segundo a qual esta empresa estaria disposta a oferecer cerca do dobro do que a actual exploradora, se bem que o dinheiro não seja elemento único e determinante para se lançar novo concurso, como bem refere o Senhor Vereador do pelouro, seguramente lança na discussão a vantagem de, podendo ter os mesmos factores de qualidade de serviços, auferir bastante mais dinheiro para os cofres da autarquia.

Entende-se <sup>ento</sup> por isso, que é pertinente a reclamação lançada, em que se oferece ao município a possibilidade de poder vir a auferir o dobro do dinheiro, lançando no mercado de novo, como é poder da Câmara Municipal, a questão da atribuição da exploração deste serviço.

E se a Câmara o resolver fazer, nado nos diz que será a reclamante a ganhadora do concurso pois que, inclusive a actual exploradora, sabendo da disposição da concorrente ora reclamante, seguramente irá acompanhar a oferta de remuneração que a competição determina, isto se o negócio for compensador.

Aliás, o único risco que a Câmara poderá correr, se lançar novo concurso, face à reclamação apresentada, será mesmo e apenas de "ter" de se contentar com mais dinheiro.

O mercado tem algumas regras saudáveis e uma delas é precisamente a liberdade de competição dos preços, o que no caso presente, ao que tudo indica, irá beneficiar os cofres públicos. Ora isto é saudável e não pode nem deve ser ignorado.

Como bem refere o Sr. Vereador, (e passo a citar) « *em breve será avaliado pela CMA uma série de factores, essencialmente qualitativos na prestação do serviço em questão, de forma a avaliar se entende que estão reunidas as condições para a renovação do contrato existente ou entende efectuar abertura de novo procedimento para a concessão do sistema de transporte público de interesse turístico em comboio rodoviário articulado.* » (fim de citação)

Diz ainda e bem, no meu entendimento, o Sr. Vereador que (e passo a citar) «considero que é absolutamente legítima a revelação de tal disponibilidade» (fim de citação) referindo – se à oferta da reclamante em pagar mais.

É fácil de ver que não é ingénua a oferta do reclamante, como forma de pressionar o Município a lançar mão de novo concurso, optando pela não renovação do contrato existente, após devida ponderação.

Ora quanto mais se pondera no assunto, mais se vê que o Município nada tem a perder se a sua opção for de não renovar o contrato e lançar novo concurso.

De facto, no novo concurso o júri poderá sempre ter em atenção a qualidade dos serviços a prestar, mas com um dado novo para os concorrentes e que é disponibilidade de um deles de oferecer um valor significativamente superior ao actual, o que não é segredo, até por que todas as matérias da Assembleia Municipal são públicas. Portanto, é mais que natural que os interessados na matéria já saibam da oferta e se ainda não

sabem irão sabê - lo em breve. Este conhecimento irá seguramente fazer aumentar o valor da remuneração a ser oferecido pelos concorrentes ao Município, nos quais se incluirá o actual explorador do serviço em causa.

Haverá risco de assim não ser? Seguramente que sim, mas nada na vida é seguro e tudo indica que o Município só terá a ganhar com o lançamento de novo concurso. Se há risco é um risco a correr, pois que o que está em causa ganhar, é substancial.

Em tudo isto só se vislumbra um inconveniente em fazer novo concurso e que é o facto de alguns custos e o trabalho que dá aos serviços desencadear e fazer os respectivos procedimentos. Se desconheço os custos, os serviços terão todo o interesse em fazer o novo concurso, atento o benefício público que tal pode acarretar.

Confiante no bom senso do Senhor Vereador do Pelouro e da Câmara Municipal, uma vez que esta matéria veio à Assembleia Municipal por reclamação de uma firma interessada e em relação aos fundamentos invocados, entendo que esta Digníssima Assembleia se deve pronunciar sobre esta matéria e sob a forma de recomendação.

De acordo com a cláusula segunda do contrato de concessão de 13-11-2003, o contrato vigorará pelo prazo de 4 anos, e quanto à sua renovação esta terá de ser por acordo. Ora se não houver acordo, não há renovação e para não haver acordo basta que uma das partes não o queira. Quero dizer com isto que, contratualmente, nada obriga o Município a renovar o contrato. Ora, uma remuneração fixada no contrato de € 1.111,00 mensais, actualizados anualmente mediante a inflação é substancialmente inferior ao que o reclamante propõe de « acima dos € 2.000,00/mês.», o que pode significar grosso modo num ano, uma diferença de € 10.000,00 e em 4 anos (é fácil multiplicar) de € 40.000,00. É muito dinheiro e não pode ser ignorado.

Pelo exposto proponho que se delibere:

recomendar à Câmara Municipal de Albufeira que delibere a não renovação do actual contrato de exploração e que desencadeie em devido tempo, os mecanismos para efectuar a abertura de novo concurso.

23-04-2007



Ricardo Silva - Quero deixar aqui uma situação clara. É natural que o comboio turístico, de comboio turístico tem muito pouco, uma vez que faz de transportes urbanos, e que sai caro, a nós todos, que pagamos impostos, uma vez que cada passageiro que o comboio turístico leva, o Giro leva menos um passageiro,

supostamente, e de facto, a autarquia contribui para que o Giro circule na cidade. E é um investimento que muitas das vezes não compensa, devido à fraca aderência das pessoas ao Giro, e maior aderência ao comboio turístico que faz de transporte urbano. Muito provavelmente um comboio turístico deveria ter uma guia turística, ou fazer um roteiro turístico ao longo do concelho, e não o faz, faz puramente transporte urbano. Era esta a situação que queria frisar, e estando de acordo com o que foi proferido pela bancada social-democrata, deverá ir a novo concurso, porque pelo facto e como disse à pouco, se calhar é pouca a renda face ao custo que a Câmara tem relativamente ao Giro, apesar da proposta que está em cima da mesa ser o dobro, mas se calhar ainda fica muito à quem daquilo que é o custo que representa para autarquia em termos de Giro. -----

Francisco Oliveira - Relativamente à proposta do PSD e ao último parágrafo, concordamos plenamente, de facto não me parece haver outra solução que não colocar esta situação a concurso. Apesar, e aqui gostaria de fazer uma ressalva, da informação do Sr. Vereador dizer que irá averiguar das circunstâncias, se valerá a pena ou não novo concurso ou renovação de contrato. Eu acho que, perante o repto lançado por esta empresa, eu concordo plenamente com aquilo que é dito na proposta de recomendação do PSD, de alegar que o facto de dizer que vai dar dois mil euros não quer dizer que garantidamente ficará em primeiro lugar, mas pelo menos permite uma concorrência sã, leal, correcta e que eventualmente, possa até não só trazer benefícios relativamente ao preço, mas às condições, à prestação de serviço e outras circunstâncias que possam beneficiar a população de Albufeira. Portanto, parece-me não haver dúvida, e aí subscrevo inteiramente a posição da recomendação, no sentido de recomendar à Câmara Municipal, a feitura de um outro concurso e não a renovação do contrato. -----

Adriano Ferrão - Eu só tenho que contestar a argumentação proferida pelo Sr. Membro da Assembleia que nos disse que os turistas não se servem do comboio turístico, ou que este comboio turístico está mais afecto ao transporte público do que ao turismo propriamente. Em fim, cada um vê o que quer e traz as relações, por vezes exagera para caracterizar aquilo que mais lhe interessa. De qualquer modo, os turistas estão no comboio turístico, o comboio turístico passa por zonas que os transportes públicos não passam, porque os transportes públicos servem de transporte de pessoas entre as várias zonas e as instituições e o comboio turístico não o faz. Pelo menos, nunca vi o comboio turístico parar em frente a escolas e ao parque lúdico. Depois, é dito que o comboio deveria ter um percurso, que era ao longo do concelho. Ao longo do concelho? Não faz sentido o comboio turístico andar pelo concelho, quanto muito dentro da freguesia de Albufeira, não acho que tenha de ir a Paderne para ser comboio turístico. Diz também que o Giro deixa muito a desejar. O Giro, como todos sabem, esta cidade sabe e todos os munícipes sabem, é um sucesso! É um sucesso que serve as populações, foi implementado por este executivo, embora isso possa custar a alguém, e o Giro é que leva realmente as pessoas que trabalham aqui a outras partes da cidade.--

Fernando Neves - Este documento que nos foi entregue do Sr. Vereador, naturalmente que não teremos tempo de analisá-lo com atenção, mas mais ou menos já vi o que se

passa. Deveria era ter sido entregue mais cedo, porque entregue esta noite, é impossível termos tempo para o ler na íntegra. Relativamente a esta questão, de facto recebi uma carta da empresa Delgaturis. Daquilo que eu estou aqui a analisar do que me foi agora entregue, isto acaba em 12 de Novembro, o que no nosso entender dá azo a que a Câmara possa fazer novo concurso e esta empresa concorre. Naturalmente a Câmara vai salvaguardar os interesses que lhe compete. Se há propostas melhores, ganha o concurso quem apresentar a melhor. Sem entrar em mais pormenores, é o que tenho a dizer sobre isto. -----

Fernando Cabrita - Eu concordo em absoluto com a recomendação do Grupo na Assembleia do PSD. É pena que venha tão só, para instruir este ponto, a carta da empresa Delgaturis, porque de facto, estes elementos deveriam cá estar, também estou solidário com o protesto do Francisco Oliveira, que deveríamos ter tido logo acesso a estes elementos e até a apreciação da Câmara, mais vale tarde do que nunca. Mas isso é outro problema. Estamos a analisar aqui um concurso e não vejo porque não deliberar. E o meu voto será no sentido de se recomendar à Câmara que faça novo concurso. Uma questão de transparência. Uma questão em que houve um universo limitado de concorrentes, por ventura na altura, porque não se sabia se iria ser um sucesso, económico sobretudo ou não, isso é que faz mover os concorrentes, são empresas que querem ganhar dinheiro e portanto, era uma incógnita, se valia ou não valia. Já em tempos um outro executivo tentou, ou pelo menos foi assediada por alguns concorrentes que queria para aqui trazer um comboio turístico, que é uma coisa que se tem generalizado por muitas Câmaras do país e, portanto, eu acho bem que se tenha implementado. Uma certa altura eu perguntei, relativamente aos autocarros, porque é que tinham aquela dimensão, e essa resposta não me foi dada. Albufeira foi, de facto, uma situação *sui generis*, porque os autocarros que escolheu são efectivamente maiores do que aqueles que se usam sobretudo em Faro, Portimão, salvo o erro, Loulé. Aqui optou-se por um autocarro maior, não sei se terá sido a ideia mais feliz, pelo menos poderiam existir uns e outros. Parece que esses autocarros não têm facilidade em zonas de ruas mais estreitas da cidade, e o comboio, por ventura, poderá passar por essas ruas. Quanto à utilização dos turistas, alguns deles, que não são propriamente turistas, são estrangeiros residentes, eu tenho tido oportunidade de ouvir de alguns residentes ingleses, sobretudo, que utilizam o comboio porque acham que é um meio agradável e barato, interessante de utilizar. É um aspecto lúdico, que também não está vedado aos estrangeiros, que não sendo puramente turistas, visto que são residentes ou passam cá normalmente férias, que se queiram socorrer desse meio. Portanto, a verdade é que, parece ter sido um êxito o comboio e nem todas estas iniciativas parecem êxitos. A questão dos transportes, também funciona. Por vezes os transportes são normalmente subsidiados. Este, pelos vistos as pessoas, passa-se a expressão, "esgatanham-se" para ver quem é que apanham este bolo novo. Em situações como estas, e se bem que o critério economicista de ver quem é que oferece mais dinheiro, não possa ser efectivamente o único critério, a verdade é que, sendo certo que a contrapartida dada por esta empresa não é nada de especial, é evidente que a autarquia não poderá deixar de olhar com interesse outras propostas que sejam mais



compensadoras. Mas, só o simples facto de haver já pessoas a quererem concorrer, poderá levar a que a Câmara deva fazer, de facto, novo concurso, porque esse concurso será útil. Não será com certeza só o único critério, quem paga mais, por vezes pagando-se mais, não se presta o melhor serviço. Mas dará pelo menos possibilidade, que aumente o universo de empresas concorrentes e que, efectivamente, algumas até já experientes neste meio, não sei se a Degaturis é, poderá até ser. Isso dá margem a que se escolha, e que se escolha o melhor. E que os outros que funcionavam até aqui, quase em termos de exclusivismo, sintam ameaçada a sua posição e tenham interesse em mantê-la e possam, efectivamente, abrir os cordões à bolsa, e dar uma compensação à autarquia que seja bem vinda. É essa a razão que me leva a votar no sentido da proposta de recomendação do PSD. -----

Francisco Oliveira - É só para responder directamente ao membro Adriano Ferrão. Não foi nada disso que foi dito aqui relativamente à questão, quer do comboio turístico, quer do Giro. O que foi dito aqui foi que, na verdade, se quiser analisar por outras cidades deste país, os comboios turísticos têm guia turístico, param em zonas turísticas, é feita uma explicação do que acontece ou do que se passou naquela zona turística, e portanto, normalmente têm um critério diferente. Já não indo por aí, o que foi aqui referido foi que, cada pessoa que utiliza o comboio turístico, poderá deixar de utilizar o Giro. Ninguém disse que o Giro não é um sucesso! O que se está a dizer é que, como o Giro é participado pela Câmara Municipal, se eventualmente essas pessoas não utilizarem o Giro, utilizarão o comboio turístico e, portanto, os munícipes que estão a participar o Giro e efectivamente, aí, a participar nos transportes públicos de Albufeira dando por outro lado possibilidade de as pessoas utilizarem outro meio de transporte, esse sim concessionado. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

#### **VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Maria Perpétua Ramos, Fernando Cabrita, José Sequeira, Ana Simões, Nelson Melo, Margarida Silva, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Euridice Vieira, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífaro, Ricardo Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

Ausências: duas (02) Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Paulo Freitas. ---

**A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes** -----

Antes de dar início a análise do ponto seguinte, o Presidente da Câmara Municipal ausenta-se da sala. -----

#### **PONTO VIGESIMO**

Aprovação de Voto de Louvor ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, Desidério Jorge da Silva, proposto pela bancada do PSD. -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Paulo Freitas - Gostaríamos de deixar aqui algumas palavras relativamente a este voto de louvor. Vou ler o voto de Louvor, para aqueles que não tiveram acesso ao documento.

Francisco Oliveira - Esse documento chegou há bastantes dias, ao contrário do outro. -

Presidente da Assembleia Municipal - Vou responder, porque tem a ver directamente com a mesa. Quando foi emitida na altura a convocatória, ainda não tínhamos esse parecer. Aliás, a Assembleia pode e poderia decidir sem essa informação. Essa informação é trazida para esta Assembleia, na última sessão para ser entregue e ouve um lapso de não ter sido entregue. A explicação é esta! Mea Culpa. -----

Euridice Vieira - Sobre essa questão, parece que nem toda a gente teve o não acesso aos documentos. Porque claramente a proposta do PSD sobre o ponto anterior, tinha esta informação que nós não tínhamos. Claramente a menciona. -----

Presidente da Assembleia Municipal - Mas, se reparar na convocatória, todo o processo, estava à disposição de qualquer membro. Se a bancada do PSD lá foi consultar!? Não ouve favorecimento nenhum. -----

Paulo Freitas - Lê voto de Louvor (doc.7). -----



## **Assembleia Municipal de Albufeira**

### **Bancada do Partido Social-Democrata na Assembleia Municipal de Albufeira**

#### **Proposta para um Voto de Louvor ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, Desidério Jorge da Silva**

Considerando que:

1. o Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, Desidério Jorge da Silva, foi recentemente distinguido pela ASORGAL – Associação dos Órgãos da Comunicação Social do Algarve – com o título de **"Autarca Algarvio do Ano 2006"**;
2. a instituição deste reconhecimento, pela comunicação social ao poder local, constitui facto de relevo público ao tipo de poder que, no pós 25 de Abril de 1974, mais se distinguiu no trabalho a favor das populações;
3. o sentido crítico da comunicação social livre, na nossa ainda jovem democracia, tem de ser enaltecido em tudo quanto representa de liberdade na nossa sociedade, que todos queremos melhor, mais justa e mais fraterna e que uma iniciativa deste tipo é sempre valorizadora do democrático poder local, hoje atacado por tantos e que nos cabe também a nós, nesta Assembleia, dignificar;
4. a atribuição deste título resultou de votação democrática com mais de 80 votos independentes, distribuídos entre jornalistas e líderes de opinião regionais;
5. o Presidente da Edilidade de Albufeira foi o nome que reuniu maior número de votos de entre os autarcas da região;
6. foi o próprio Presidente da Comissão de Honra, Exmo. Sr. António Pina, figura de relevo regional, quem entregou este prémio numa cerimónia onde enalteceu as qualidades do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Albufeira enquanto autarca;

*[Handwritten signatures]*

7. esta distinção eleva o nome do Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, de todos os autarcas algarvios e, em especial, dos autarcas do nosso Município;
8. esta Assembleia Municipal não deveria deixar passar em claro esta distinção.

Os Membros da Assembleia Municipal de Albufeira, eleitos pelo Partido Social-Democrata, vêm por este meio propor que:

a digníssima Assembleia Municipal aprove um Voto de Louvor em honra do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, Desidério Jorge da Silva.

Albufeira, 16 de Abril de 2007



The block contains five handwritten signatures in blue ink. The signatures are arranged in two rows. The top row has two signatures, and the bottom row has three. The signatures are stylized and cursive, typical of official documents.

Ricardo Silva - Sobre este ponto da ordem de trabalhos tenho a dizer o seguinte: a figura de louvor é importante, é algo que se deve respeitar e deve ser atribuída de forma séria. Poderão ser vários os motivos para atribuição de um louvor, mas na sua base estará sempre alguém que pelo seu carácter e actuação, deu um importante contributo no desenvolvimento de várias vertentes da sociedade, cultura, arquitectura, etc. E achando que não é esta a situação, eu não vou participar nesta discussão, nem na votação. -----

Francisco Oliveira - Sr. Presidente e Srs. Membros do PSD que propõem este voto louvor. Não temos dúvidas que, de facto, não estando aqui o Sr. Presidente da Câmara e não querendo deixar de falar mesmo ele não estando presente, todo o respeito e consideração que merece, mas de facto, parece-me que é um voto político e à aqui uma intenção meramente política relativamente a esta questão. É de louvar, sim senhor, o Senhor Presidente ter sido eleito autarca do ano pela Imprensa Regional, mas é também de verificar que, ainda nesta Assembleia, os Senhores da Bancada do PSD, tiveram uma atitude pouco louvante, que foi, não considerarem a existência de outros grupos parlamentares para a eleição de membros, nomeadamente para a Comissão de Protecção Crianças e Jovens em Risco. Portanto, para isso, os membros desta Assembleia não têm relevância, eventualmente para a aprovação do louvor, talvez. Deixo à vossa consideração, naturalmente o Partido Socialista face a este voto de louvor, que entendemos ser não só uma declaração política. Temos dito. -----

Fernando Cabrita - A figura excepcional do Sr. Presidente da Câmara, merece-me o maior respeito. A pessoa física, o autarca em questão, para mim, é uma pessoa que eu prezo, que entendo ser uma figura simpática, dedicado ao concelho. Não brinca, não joga a feijões. Tem levado a sério o seu mandato, e portanto, nesse aspecto, eu reconheço o valor que ele tem. Quanto ao louvor, neste momento para além do que já foi aqui referido, efectivamente que se trata de um voto político, evidente que se trata. É pedir demasiado aos elementos das outras bancadas, que unanimemente, com a bancada que tomou esta iniciativa e que joga esta cantada neste momento, eu acho muito pouco oportuno, estamos ainda nem sequer a meio do mandato, o Sr. Presidente da Câmara vai ter que dar provas, aqui, e até nós a ter um papel fiscalizador, como há pouco foi referido, para ver como é que o mandato vai decorrer. Isto não tem qualquer sabor crítico, nem qualquer intenção de menosprezar, ou de censurar, ou de não querer dar o devido valor à forma como o sr. Presidente tem vindo a exercer, de acordo com os seus princípios políticos e com os seus próprios princípios, o seu mandato presente. Respeito a figura, respeito o cargo, respeito a pessoa, simplesmente acho, de facto, um pouco inoportuno, neste momento ainda antes do meio do mandato. Ainda pensei que o Sr. Presidente pensasse terminar o seu mandato antes do tempo, por alguma razão que eu desconhecesse. Quando fui Presidente dos Rotarry, entendemos fazer uma homenagem ao Dr. Santos Serra quando ele se reformou do Centro de Saúde, ao Sr. Dr. Batalha, quando ele se retirou como notário. Neste momento, de facto, acho um pouco precipitado estarmos a fazer este voto de louvor, ainda que em termos de final de mandato, a assumir a posição de confraternizar, de colaborar, de solidarizar, relativamente a um elemento de outra força partidária, que só por isso não iria hostilizar. Eu acho que neste momento não nos podem empurrar contra a parede para uma votação destas. Eu não vou assumir, cada um tem o direito de assumir a sua própria posição, a questão de não votarem. Eu vou deixar passar este louvor, fica bem aos da casa. Estes louvores quando se trata para outras figuras, estranhas até alguns ao cargo que nós exercemos, compreende-se muito bem. Estarmos aqui a dar elogios uns aos outros, acho que neste momento não é oportuno, não fica bem. Neste caso vou

abster-me, sem o mínimo de censura, não quero com isso, ter uma demonstração de menos respeito e apreço pela pessoa do Sr. Presidente da Câmara. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: cinco (05) Fernando Cabrita, Nelson Melo, Francisco Oliveira, Euridice Vieira e Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

Votos a favor: catorze (14) Carlos Silva e Sousa, Maria Perpétua Ramos, Paulo Freitas, José Sequeira, Ana Simões, Margarida Silva, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífarro e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira -----

Ausências: quatro (04) Francelina Lourenço, Ricardo Silva e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. Fernando Neves. -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade dos presentes, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:15 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 30 de Abril de 2007 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

O PRIMEIRO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

